



DEMAREST

RETROSPECTIVA **TRIBUTÁRIO - CARF**

Panorama de 2025
Projeções e Tendências para 2026

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS | IMPACTOS NO CONTENCIOSO

Este material foi elaborado com foco nos principais desdobramentos legislativos e jurisprudenciais ocorridos no ano de 2025, permitindo a indicação de temas de relevância no órgão, no período, sob a perspectiva essencialmente de tributos diretos, além da identificação de potenciais repercussões práticas e matérias de destaque para 2026.

Janeiro 2025

Lei Complementar 214/2025

Regulamentação das normas gerais relacionadas ao IBS, à CBS e ao Imposto Seletivo, além da instituição do Comitê Gestor do IBS.

Junho 2025

Decreto 12.499/2025

Revogação dos Decretos 12.466/2025 e 12.467/2025, com manutenção parcial das majorações iniciais e incluindo novas alterações.

Junho 2025

Decreto 176/2025

Suspensão dos Decretos 12.466/2025, 12.467/2025 e 12.499/2025, com reestabelecimento da redação do Decreto 6.306/2007 anteriormente vigente (IOF).

Junho 2025

Greve da Receita Federal

Suspensão, pelo STJ, da greve dos auditores fiscais da RFB, implicando a retomada do ritmo habitual de julgamentos no CARF.

Setembro 2025

Súmulas CARF

Foram aprovadas, no âmbito do CARF, as Súmulas nº 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237 e 238.



Confira [aqui](#) o material que preparamos com a consolidação das Súmulas CARF e dos principais setores impactados.

Agosto 2025

Súmulas CARF

Foram aprovadas, no âmbito do CARF, as Súmulas nº 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226 e 227.

Agosto 2025

Portaria MF 1.853/2025

Alteração na sistemática de julgamentos no âmbito das Delegacias de Julgamento, com a previsão da possibilidade de realização de sustentações orais em primeira instância e a obrigatoriedade de aplicação de súmulas do CARF.

Dezembro 2025

Lei 224/2025

Dispõe sobre a redução em 10% dos benefícios fiscais de maneira linear, além de elevar a tributação aplicável às fintechs, aos JCP e às apostas de quota fixa (*bets*).

Dezembro 2025

Portaria RFB 628/2025

Atualizou e elevou os critérios de classificação de pessoas físicas e jurídicas enquanto maiores contribuintes. As atualizações passaram a valer a partir de 1º de janeiro de 2026.

Abril 2025

Portaria PGFN 721/2025 (PTI)

Regulamentação de transação tributária envolvendo débitos acima de R\$ 50 milhões, judicializados e garantidos/suspensos, permitindo a negociação com descontos e pagamento parcelado, conforme o Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ). Adesão já encerrada.

Junho 2025

MP 1.303/2025

Alteração da tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais, com aumento do IRRF sobre JCP, CSLL para instituições financeiras, tributos sobre "bets" e regras de compensação.

Maio 2025

Decretos 12.466/2025 e 12.467/2025

Alteração das regras previstas no Decreto 6.306/2007 e majoração das alíquotas do IOF Crédito, IOF Câmbio e IOF Seguros, além da determinação de novas alíquotas para operações financeiras.

Julho 2025

Editais de Transação 4/2025 e 5/2025

Estímulos à regularização fiscal por meio da transação tributária no contencioso administrativo, oferecendo condições especiais de negociação conforme a capacidade de pagamento do contribuinte. O prazo de adesão perdurou até o dia 31 de dezembro de 2025.

Agosto 2025

Portaria PGFN 1.684/2025

Alteração das regras sobre dispensa de garantia, instrução de requerimento e substituição de garantias para débitos julgados no CARF por voto de qualidade favorável à Fazenda Nacional.

Outubro 2025

Portaria PGFN 19/2025

Regulamentação da segunda fase do PTI, com a redução do valor mínimo de adesão de R\$ 50 milhões para R\$ 25 milhões. A adesão foi permitida até 29 de dezembro de 2025.

Novembro 2025

Lei 15.270/2025

Ampliou a isenção do IRPF para R\$ 5 mil/mês e criou o IRPFM para rendas anuais acima de R\$ 600 mil, além de instituir a tributação de dividendos, inclusive pagos ao exterior.

- Tributação de 10% sobre dividendos acima de R\$ 50 mil/mês, pagos a residentes e não residentes.
- Manutenção da isenção para lucros apurados até 2025, com distribuição deliberada até 31 de dezembro de 2025.

Novembro 2025

Súmulas CARF

Foram aprovadas, no âmbito do CARF, as Súmulas nº 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245.

JULGADOS EM DESTAQUE

1. Imprestabilidade de laudo de avaliação em operações de Ágio
2. Ágio Empresa-Veículo
3. Ágio Interno
4. Fundos de Investimento
5. Subvenções para Investimento e Incentivos Regionais
6. Crédito Subvencionado do BNDES
7. Plataformas Digitais
8. Pagamentos sem Causa
9. Lucro Arbitrado
10. Cide – Transferências de Tecnologia
11. Cide – Cost Sharing
12. Multas – Dedutibilidade de Despesas
13. Multa Isolada
14. Dedutibilidade de JCP
15. Créditos de PIS e Cofins – “Conceito de Insumos”

Essa relação de temas não é exaustiva e foi elaborada a partir da percepção prática dos julgamentos relevantes identificados no CARF ao longo de 2025.

JULGADOS EM DESTAQUE



IMPRESTABILIDADE DE LAUDO DE AVALIAÇÃO EM OPERAÇÕES DE ÁGIO

O CARF tem adotado posição mais rígida quanto à validade de laudos de avaliação usados para fundamentar a amortização fiscal do ágio, especialmente quando são extemporâneos ou não refletem a realidade material da operação, como no Acórdão 9101-007.296.

A utilidade desses laudos para fins de validação das operações objeto de julgamento deve levar em consideração a legislação vigente à época das reestruturações societárias analisadas.

Em qualquer cenário, prevalece o entendimento de que eles não têm presunção absoluta e devem ser fundamentados por provas de substância econômica, coerência da estrutura societária e propósito negocial efetivo, sob pena de manutenção das glosas de IRPJ e CSLL.

LAUDO DE AVALIAÇÃO EM OPERAÇÕES DE ÁGIO	
Acórdão	Desfecho
9101-007.296	Desfavorável, por maioria de votos
1401-007.574	Favorável, por unanimidade de votos
1401-007.319	Favorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Favorável, considerando o caso concreto
Relevância para 2026?	Alta



ÁGIO EMPRESA VEÍCULO

Embora o STJ (REsp 2.026.473/SC) admita a amortização de ágio envolvendo empresa-veículo, o tema permanece instável no CARF, com decisões variando conforme a substância econômica, o propósito negocial e a forma de geração do ágio.

O desfecho dos julgamentos passou a sofrer forte influência da documentação e do racional econômico relativos às operações societárias analisadas, reforçando-se o caráter casuístico da matéria.

Reestruturações societárias que envolvem questões regulatórias, apesar de seguirem o mesmo racional, têm tido maior aceitação no órgão quando demonstrado o cotejo entre a operação materializada e as exigências regulatórias, afastando-se alegações de suposta artificialidade.

JULGADOS EM DESTAQUE

ÁGIO – EMPRESA-VEÍCULO	
Acórdão	Desfecho
9101-007.334	Favorável
9101-007.481	Favorável
1201-002.894	Favorável
1102-001.587	Favorável
Panorama Geral	Favorável, considerando o caso concreto
Relevância para 2026?	Alta



ÁGIO INTERNO E REESTRUTURAÇÕES INTRAGRUPU

Apesar de os tribunais superiores ainda não terem firmado entendimento com efeito erga omnes sobre a amortização de ágio em operações entre partes relacionadas, o CARF tem adotado uma postura restritiva quanto aos temas "ágio interno" e "reestruturações intragrupo".

A 1ª Turma da CSRF rejeitou a dedutibilidade de ágio interno (Acórdão 9101-007.426) e exigiu contemporaneidade e lastro econômico para operações anteriores à Lei 12.973 (Acórdão 9101-007.296). Já turmas ordinárias mantiveram autuações em operações intragrupo, inclusive por voto de qualidade (Acórdãos 1201-007.206 e 1201-007.183).

ÁGIO INTERNO	
Acórdão	Desfecho
9101-007.426	Desfavorável, por maioria de votos
1201-007.206	Desfavorável, por maioria de votos
9101-007.296	Desfavorável, por unanimidade de votos
1201-007.183	Desfavorável, por voto de qualidade
1302-007.412	Favorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Alta

JULGADOS EM DESTAQUE



FUNDOS DE INVESTIMENTO

A jurisprudência recente do CARF tem tratado a equiparação dos fundos de investimento imobiliário à pessoa jurídica com maior precisão técnica, delimitando de maneira mais objetiva os contornos da previsão contida no art. 2º da Lei 9.779/1999, restringindo aplicações amplas da norma antielisiva, e priorizando a verificação concreta de abuso de forma a garantir maior previsibilidade ao setor.

No Acórdão 1101-001.615, o CARF afastou a equiparação ao concluir que a condição de incorporador, construtor ou sócio deve ser verificada no momento do fato gerador e de forma direta, não alcançando cotistas indiretos, nem estruturas societárias de grupo. Também rejeitou a ampliação do conceito de "sócio do empreendimento", reforçando que a lei não permite presunções baseadas apenas em participações indiretas.

Em sentido oposto, o Acórdão 1301-007.814 manteve a equiparação ao identificar continuidade econômica relevante, demonstrada pelo espelhamento integral das participações antes e depois da criação do fundo. O CARF entendeu que a mera alteração da forma jurídica não afastou o controle econômico efetivo dos ativos.

Em conjunto, os precedentes mostram que o CARF não aplica a equiparação de forma automática, mas também não a afasta apenas pela existência de estrutura societária intermediária. O elemento decisivo tem sido a continuidade econômica e a sobreposição real entre cotista e incorporador. Estruturas com propósito negocial claro e aderência estrita aos requisitos legais tendem a ser aceitas, enquanto reorganizações que reproduzem estruturas prévias permanecem mais sujeitas a questionamento.

FUNDOS DE INVESTIMENTO	
Acórdão	Desfecho
2101-002.968	Favorável, por unanimidade de votos
1101-001.615	Favorável, por unanimidade de votos
1301-007.814	Desfavorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Favorável, a depender do contexto fático
Relevância para 2026?	Alta

JULGADOS EM DESTAQUE



SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E INCENTIVOS REGIONAIS

Em 2025, o CARF manteve postura rigorosa na análise de subvenções, reafirmando, em alguns casos, que apenas incentivos que atendem integralmente aos requisitos do art. 30 da Lei 12.973/2014 podem ser excluídos das bases do IRPJ e da CSLL (Acórdão 1401-007.536), mas defendendo, em outros, a necessidade de vínculo efetivo dos benefícios recebidos com o fomento estatal (Acórdãos 1002-003.848 e 1402-007.098).

O CARF também reforçou o controle sobre a técnica contábil adotada pelos contribuintes com relação ao tema. No Acórdão nº 1301-007.901, por exemplo, o órgão validou a contabilização realizada conforme o CPC 07 (R1), reiterando, contudo, que apenas incentivos devidamente formalizados, publicados e destinados à reserva de lucros poderiam ser excluídos da tributação do IRPJ e da CSLL.

O tema não é pacífico no CARF e o desfecho dos julgamentos possui intrínseca relação com a análise casuística de cada processo. Em linhas gerais, o órgão reconhece a possibilidade de exclusão das subvenções quando há finalidade incentivadora comprovada e cumprimento dos requisitos legais formais, mantendo postura rigorosa diante de desvios de finalidade, falhas contábeis ou ausência de lastro jurídico.

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS E INCENTIVOS REGIONAIS	
Acórdão	Desfecho
1402-007.098	Desfavorável, por maioria de votos
1002-003.848	Favorável, por unanimidade de votos
1401-007.536	Desfavorável, por maioria de votos
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Alta

JULGADOS EM DESTAQUE



CRÉDITO SUBVENCIONADO DO BNDES

O CARF proferiu uma decisão relevante reconhecendo que juros subsidiados em financiamentos concedidos pelo BNDES poderiam ser enquadrados como subvenção para investimento, afastando a incidência de IRPJ e CSLL quando observados os requisitos legais.

Sob essa perspectiva, no Acórdão nº 1202-001.489, o Colegiado anulou um lançamento fiscal milionário ao concluir que o BNDES integra a administração pública indireta e, portanto, se enquadraria no conceito de “poder público” previsto no art. 30 da Lei nº 12.973/2014.

O CARF afastou a interpretação restritiva da IN RFB 1.700/2017 – que excluía incentivos concedidos por pessoas jurídicas de direito privado – afirmando que uma norma infralegal não pode limitar um direito previsto em lei. Destacou, ainda, que a legislação não distingue a natureza jurídica do ente concedente, mas sim a finalidade do incentivo e sua correta destinação contábil.

Embora seja pontual, a decisão abre espaço para maior reconhecimento de créditos subvencionados concedidos por bancos públicos e de desenvolvimento, desde que demonstrado o caráter de fomento estatal e observados os requisitos formais.

CRÉDITO SUBVENCIONADO DO BNDES	
Acórdão	Desfecho
1202-001.489	Favorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Favorável
Relevância para 2026?	Alta



PLATAFORMAS DIGITAIS

Em 2025, o CARF proferiu um acórdão (3201-012.196) emblemático para o setor digital, analisando a tributação de plataformas digitais de marketplace. O Colegiado adotou uma abordagem alinhada ao modelo econômico da atividade, não tratando a questão como mera intermediação de vendas ao reconhecer que a operação envolveria a manutenção de um ecossistema digital baseado na atração simultânea de usuários e prestadores de serviços.

JULGADOS EM DESTAQUE

Nessa lógica, a decisão admitiu que despesas com publicidade digital podem ser consideradas insumos para creditamento de PIS/Cofins, desde que comprovado o nexo direto com a atividade-fim. O CARF entendeu que esses gastos não são apenas promocionais, mas parte do próprio serviço prestado pela plataforma, ao viabilizar a formação e expansão da base de usuários.

Assim, a decisão em questão sinalizou que, em marketplaces digitais, o valor econômico está no funcionamento do ecossistema e no efeito de rede, permitindo uma interpretação mais funcional do conceito de insumo no regime não cumulativo.



PAGAMENTOS SEM CAUSA

A CSRF proferiu decisões relevantes mantendo a incidência de IRRF à alíquota de 35% sobre pagamentos sem causa comprovada, mesmo diante da identificação do beneficiário.

Por meio do Acórdão 9101-007.161, reforçado por outras decisões recentes (9101-004.543 e 9101-007.300), estabeleceu-se que a simples prova do pagamento e do destinatário não afastaria a tributação, sendo indispensável a comprovação do fundamento econômico da despesa.

O tema é controverso no órgão, havendo conselheiros que, a depender das circunstâncias fáticas que permeiam os casos, defendem a impossibilidade da tributação e aplicação da alíquota de 35% de IRRF. Como exemplo, cita-se o próprio Acórdão 9101-007.161, no qual o conselheiro Luís Henrique Marotti Toselli concluiu pela necessidade de interpretação restritiva do art. 61 da Lei 8.981/1995, limitando sua aplicação a hipóteses em que, de fato, não se observa a identificação do beneficiário dos pagamentos analisados.

PAGAMENTOS SEM CAUSA	
Acórdão	Desfecho
9101-007.161	Desfavorável, por maioria de votos
9101-004.543	Desfavorável, por maioria de votos
9101-007.300	Desfavorável, por unanimidade de votos
1302-007.498	Desfavorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Desfavorável, a depender do contexto fático
Relevância para 2026?	Alta

JULGADOS EM DESTAQUE



LUCRO ARBITRADO

O CARF reforçou, de maneira geral, os limites para aplicação do lucro arbitrado, exigindo aderência estrita às hipóteses do art. 47 da Lei 8.981/1995.

No Acórdão 9101-007.447, a CSRF afirmou que a opção incorreta pelo lucro presumido não autorizaria automaticamente o arbitramento, devendo a autoridade fiscal apurar o lucro real sempre que a escrituração contábil for apta a revelar a base efetiva de tributação.

A CSRF proferiu, ainda, uma decisão afastando a possibilidade de a fiscalização desconsiderar despesas de forma ampla e, ao mesmo tempo, recalculando a base segundo a lógica do lucro real. Conforme decidiu a Turma, havendo escrituração idônea, a apuração deve ocorrer pelo lucro real, ao passo que o lucro arbitrado seria o caminho a ser utilizado apenas em caso de contabilidade comprovadamente imprecisa.

LUCRO ARBITRADO	
Acórdão	Desfecho
9101-007.447	Favorável, por unanimidade de votos
9101-006.829	Desfavorável, por unanimidade de votos
1401-001.453	Desfavorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Favorável, a depender do contexto fático
Relevância para 2026?	Alta



CIDE - TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIA

O CARF possui decisões recentes desfavoráveis aos contribuintes quanto à incidência da Cide sobre remessas ao exterior envolvendo transferência de tecnologia, ao adotar uma interpretação ampliada do art. 2º da Lei 10.168/2000, em linha com o Tema 914 do STF (RE 928.943).

Os julgados em questão acabaram considerando suficiente para a tributação o fato de a remuneração estar ligada à exploração de tecnologia ou ao acesso a conhecimentos técnicos, ainda que não se verifique a cessão de know-how, afastando a tese de que a contribuição se limitaria a licenciamento formal (Acórdãos 3201-012.525 e 3201-012.523).

Por outro lado, os acórdãos proferidos no último ano também acabaram esclarecendo que a incidência da Cide não seria automática, exigindo a verificação concreta da transferência tecnológica.

A 3ª Seção tem afirmado, inclusive, que não há fato gerador diante da ausência de acesso ao código-fonte, cessão de know-how ou do compartilhamento efetivo de conhecimentos técnicos, especialmente em contratos de licenciamento ou distribuição de software.

JULGADOS EM DESTAQUE

CIDE – TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIA	
Acórdão	Desfecho
3201-012.525	Desfavorável, por unanimidade de votos
3201-012.523	Desfavorável, por maioria de votos
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Média



CIDE - COST SHARING

Em 2025, o CARF firmou orientação predominantemente favorável aos contribuintes ao reconhecer que a Cide não incide sobre remessas ao exterior em contratos de cost sharing, quando houver apenas rateio ou reembolso de despesas, sem lucro, remuneração por serviços técnicos ou transferência de tecnologia.

O Tribunal já decidiu que, na ausência de faturamento ou contraprestação onerosa, não se configura o fato gerador previsto na Lei nº 10.168/2000, afastando autuações baseadas na requalificação automática desses contratos como prestação de serviços (Acórdão nº 3401-013.920)

Ao longo do ano, o CARF passou a valorizar a natureza econômica dos contratos, alinhando-se à Solução de Consulta COSIT nº 149/2021 e às regras atuais de preços de transferência, rejeitando a aplicação ampla das orientações fiscais que defendem a incidência da contribuição em operações de cost sharing.

CIDE – COST SHARING	
Acórdão	Desfecho
3401-013.920	Favorável, por unanimidade de votos
Panorama Geral	Favorável
Relevância para 2026?	Média

JULGADOS EM DESTAQUE



DEDUTIBILIDADE DE MULTAS E DE PERDAS NÃO TÉCNICAS

Embora a legislação permita a dedução de despesas “necessárias, normais e usuais” relacionadas à atividade do contribuinte, o CARF manteve autuações nos casos em que concluiu pela ausência de prova contemporânea e demonstração de nexo econômico entre as despesas e o objeto social da empresa. O padrão atual exige comprovação robusta da necessidade, usualidade e aderência das despesas à atividade econômica do contribuinte, com documentação técnica e contábil capaz de evidenciar o vínculo econômico da dedução.

No caso de multas ambientais, o entendimento foi mais restritivo, uma vez que, no entender de parte dos julgadores, admitir a dedução da despesa equivaleria a aceitar a ocorrência dos próprios fatos punidos.

Quanto às perdas não técnicas, sobretudo no que se refere àquelas observadas no setor elétrico, o órgão admitiu sua dedução, desde que devidamente demonstradas por metodologia adequada e refletidas na escrituração (Acórdão 1202-001.527), o que reforça a influência de questões regulatórias nos julgamentos ocorridos no âmbito do CARF.

MULTAS – DEDUTIBILIDADE DE DESPESAS	
Acórdão	Desfecho
9101-006.652	Favorável, por maioria de votos
1202-001.527	Favorável, por maioria de votos
1202-001.394	Desfavorável, por voto de qualidade
9101-002.196	Desfavorável, por unanimidade de votos
1402-003.118	Desfavorável, por maioria de votos
1301-003.351	Desfavorável, por maioria de votos
1201-003.588	Desfavorável, por voto de qualidade
1301-006.033	Favorável, por maioria de votos
1004-000.137	Favorável, por maioria de votos
1301-006.568	Desfavorável, por unanimidade de votos
9101-006.864	Favorável, por maioria de votos
1302-007.213	Desfavorável, por voto de qualidade
1402-006.778	Desfavorável, por maioria de votos
1101-001.825	Desfavorável, por maioria de votos
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Alta

Nota: Os acórdãos listados consideram, excepcionalmente, a tratativa do CARF sobre o tema ao longo do tempo e não apenas seus desdobramentos durante 2025.

JULGADOS EM DESTAQUE



MULTA ISOLADA

Em 2025, observou-se a prolação de decisões pela 1ª Turma da CSRF com formação completa (10 conselheiros) restabelecendo, por voto de qualidade, a possibilidade de aplicação concomitante de multas de ofício e isolada de 50% sobre estimativas mensais não recolhidas (Acórdãos 9101-007.397 e 1202-002.180).

Esse movimento contrasta com decisões proferidas anteriormente, quando, sob o desempate pró-contribuinte, o Colegiado afastava a cumulação das penalidades ou, diante da análise de casos concretos, a jurisprudência já se consolidava no sentido de não permitir a cobrança

No pano de fundo, destaca-se que a Lei 14.689/2023 previu hipóteses de exclusão de multas em julgamentos desfavoráveis ao contribuinte por voto de qualidade, mas a regulamentação fazendária (IN RFB 2.205/2024 e pareceres) acabou restringindo o alcance desta ao retirar do rol as “multas isoladas”.

MULTA ISOLADA	
Acórdão	Desfecho
9101-007.397	Desfavorável, por voto de qualidade
1202-002.180	Desfavorável, por voto de qualidade
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Média



DEDUTIBILIDADE DE JCP

A dedutibilidade de JCP extemporâneo permanece, no CARF, com orientação predominantemente desfavorável ao contribuinte, reforçada por decisões da CSRF que rejeitam a dedução quando a deliberação, reconhecimento e o pagamento não ocorrem no mesmo período de apuração.

Em turmas ordinárias, tem prevalecido a leitura de que, por se tratar de despesa financeira, o JCP se submete ao regime de competência e exige desembolso tempestivo para fins de IRPJ/CSLL (Acórdão 1201-007.181) e casos conexos em que a glosa de JCP acompanha a desconsideração de ágio interno.

A CSRF, por sua vez, já negou a dedução em ao menos três julgados por maioria (Acórdãos 9101-007.394 e 9101-007.398), evidenciando a estabilidade institucional da tese.

JULGADOS EM DESTAQUE

É importante destacar que a mudança de composição das turmas - como nos julgamentos realizados com 10 conselheiros – têm influenciado resultados e reversões de placar, o que reduziu o espaço para vitórias pontuais dos contribuintes.

Em contraponto, no plano judicial, o STJ já definiu o Tema 1.319 de forma favorável ao contribuinte, admitindo a dedução de JCP calculado com lucros de exercícios anteriores, criando tensão interpretativa com o entendimento administrativo.

DEDUTIBILIDADE DE JCP	
Acórdão	Desfecho
1201-007.181	Desfavorável, por voto de qualidade
9101-007.394	Desfavorável, por unanimidade de votos
9101-007.398	Desfavorável, por unanimidade de votos
9101-007.399	Favorável, por maioria de votos
Panorama Geral	Desfavorável
Relevância para 2026?	Baixa



CRÉDITOS DE PIS E COFINS – CONCEITO DE “INSUMOS”

O conceito de “insumos” para fins de tomada de créditos de PIS e Cofins segue baseado nos critérios de essencialidade e relevância, conforme fixado pelo STJ (Tema 779), mas tem sido progressivamente trabalhado no CARF sobretudo a partir de enunciados sumulados, o que garante a alta relevância do tema para 2026.

Apesar das súmulas CARF que buscam fixar parâmetros objetivos para hipóteses recorrentes de creditamento e de vedação de créditos de Pis e Cofins, observou-se a proliferação de decisões que esclarecem que a aplicação desses enunciados não deve ocorrer de maneira automática.

A interpretação deve considerar o contexto normativo e as provas apresentadas, em linha com o regime declaratório atual e com a finalidade do crédito. Esse entendimento foi reforçado no Acórdão nº 3301-014.747, por meio do qual se afastou a aplicação da Súmula 231 sob o argumento de que os enunciados precisam ser lidos e aplicados sistematicamente, em especial após a substituição do Dacon pela EFD-Contribuições.

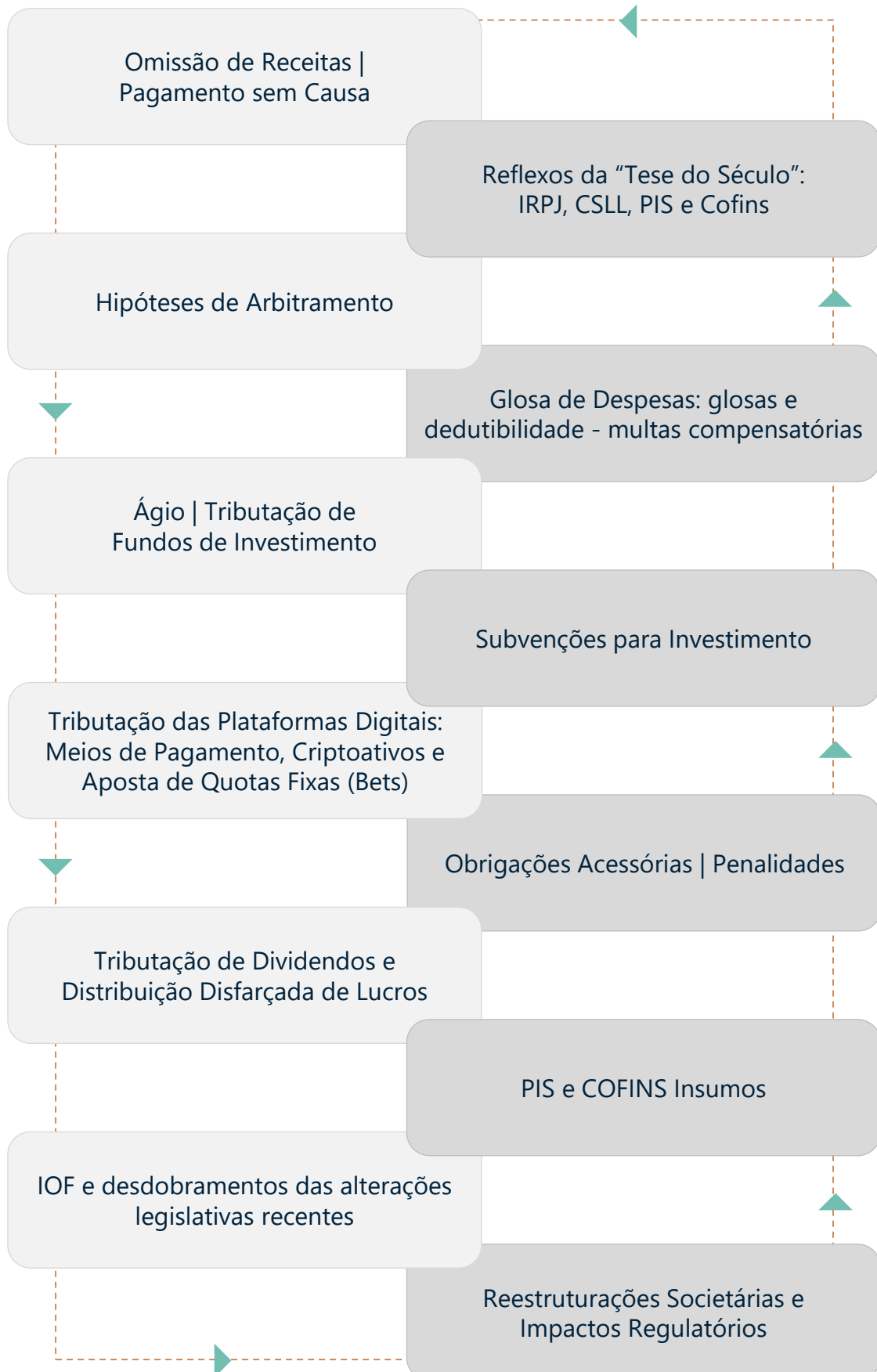
Note-se que o tema abrange, de modo geral, uma grande variedade de insumos aplicados a variadas atividades econômicas, motivo pelo qual não estão sendo indicadas decisões favoráveis/desfavoráveis nesse tópico.

TENDÊNCIAS PARA 2026

HOT TOPICS

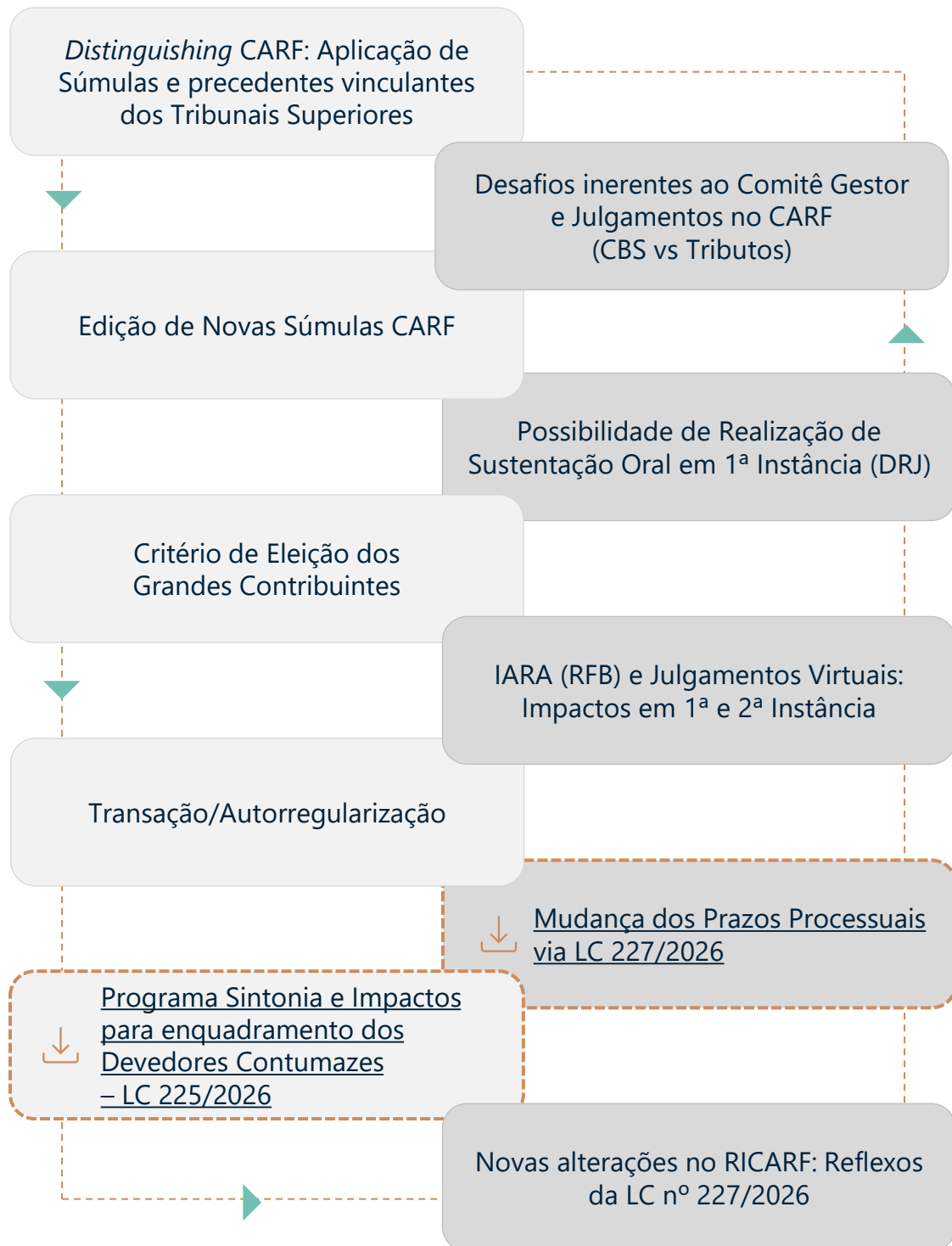
HOT TOPICS

FISCALIZAÇÃO 2026



HOT TOPICS

IMPACTOS NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO



SÓCIOS DE TRIBUTÁRIO

TRIBUTOS DIRETOS*



André Novaski



Carlos Eduardo Orsolon



Christiano Chagas



Roberto Casarini

CARF



Gisele Bossa

COMEX*



Victor Lopes

PREVIDENCIÁRIO*



Marcello Pedroso

TRIBUTOS INDIRETOS*



Douglas Mota



Thiago Amaral



Jerry Levers



Fabio Florentino

CONTENCIOSO JUDICIAL



Marcelo Annunziata



Priscila Faricelli



Luiza Lacerda

TRIBUNAIS SUPERIORES



Angela Cignachi
(Brasília)

DEMAREST

demarest.com.br